VII SEMINÁRIO DE PRÁTICA DE PESQUISA EM PSICOLOGIA

ISSN: 2317-0018

Universidade Estadual de Maringá

07 a 08 de Dezembro de 2017

GRAVIDEZ E CÁRCERE: SIGNIFICÂNCIA NA RELAÇÃO MÃE-BEBÊ

Iana Costa Ferreira, Departamento de Psicologia (Universidade Estadual de Maringá, Maringá-Pr, Brasil); Thaís Fernanda de Oliveira Martins (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-Pr, Brasil); Marcos Leandro Klipan (Departamento de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá-Pr, Brasil).

Palavras-chave: Maternidade e Psicologia. Penitenciárias Femininas. Vínculos Maternos. Direitos.

A pesquisa teve como interesse estudar as produções teóricas em psicologia e, para maior esclarecimento de temas relacionados, produções advindas da área do direito e da saúde, elaboradas entre os anos de 2000 à 2016, sobre as mulheres que se encontram encarceradas no período gestacional, assim como a significância existente na relação mãe-bebê após o parto, a partir de um olhar psicológico. Buscou-se entender o funcionamento do sistema penitenciário feminino no Brasil, os direitos e deveres das presidiárias, as condições de saúde dentro do cárcere, especialmente com relação às gestantes para que possamos refletir as diversas contingências que influenciam o vínculo mãe-bebê, assim como, as possíveis consequências que a separação precoce pode trazer para a criança e a mãe. Optou-se pela revisão bibliográfica, enquanto metodologia, sendo um processo de busca, análise e descrição de uma estrutura do conhecimento em busca de respostas e cobre todo o material relevante que é escrito sobre o tema (MATTOS, 2015). Observou-se que mesmo com a implantação de políticas públicas que asseguram o direito ao aleitamento materno, instalação de berçários e creches para os bebês e garantia de convivência entre mãe e filho, ainda é escassa a preocupação em relação à importância do estabelecimento de um vínculo materno. Essas políticas se mostram insuficientes para garantir uma boa relação afetiva das mães com os seus bebês. A preocupação com a amamentação garante que nos presídios essa prática aconteça até os seis meses de idade da criança, delimitados com base em um parâmetro do Ministério da Saúde (BRASIL, 2009), em defesa a um limite mínimo de convivência mãe-bebê pelo vínculo da amamentação. Entretanto, não há garantias de que somente a amamentação seja suficiente para solidificar a relação da mãe com o bebê, pois primordialmente deve-se assegurar a qualidade desse vínculo. Percebeu-se que muitas leis que se criam para as gestantes em situação de cárcere, estão voltadas para a garantia da saúde física do bebê, e não priorizam o afeto na relação mãe-bebê, responsável por uma boa saúde psíquica. Constatou-se, também, que o cárcere não é um ambiente adequado para as mulheres que pretendem passar por uma boa gestão e acolher um bebê, pois, trata-se de um ambiente hostil e violento, contendo sérias restrições, padrões de condutas e rotina. A separação abrupta da criança com a mãe, principalmente no primeiro ano de vida prejudica diretamente em seu desenvolvimento, pois perdem seu objeto de amor e apresentam uma relação insatisfatória com a mãe, assim sendo, essas crianças não se desenvolvem como outras crianças e apresentam maior probabilidade de quando adultos, apresentarem autoagressão, depressão ou envolvimento com drogas, uma vez que o afeto da mãe é fundamental nesse primeiro período da vida. O estudo possui relevância social e teórica, pois teve como finalidade explicar sobre a realidade das penitenciárias femininas brasileiras e instigar uma reflexão sobre a insuficiência das ações dessas instituições perante suas gestantes. Além de suscitar discussões que envolvam o aprimoramento das condições no processo de encarceramento de mulheres grávidas no Brasil.